



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO para o cargo de
Escrivão de Polícia
Investigador de Polícia

PROVAS
E01 a E15
I01 a I15

P

ATENÇÃO:
Verifique se o tipo de prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas.



TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DO FILÓSOFO ARISTÓTELES PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

"A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las."

ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas.

● ESTE CADERNO CONTÉM 70 (SETENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO:

Grupos	Disciplinas	Nº de questões	Peso de cada questão
Grupo I Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	15	1
Grupo II Conhecimentos Gerais	Ética e Filosofia	2	1
	Atualidades	4	
	História e Geografia de Mato Grosso	4	
Grupo III Conhecimentos Específicos	Noções de Informática	5	1
	Noções de Direito Administrativo	6	
	Noções de Direito Constitucional	6	
	Organização e Estatuto da Polícia Judiciária Civil/MT	6	
	Noções de Direito Processual Penal	10	
	Noções de Direito Penal	12	

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Leia o texto a seguir e responda às questões propostas.

Ética na Polícia

Ninguém é mais prejudicial para a boa imagem, o prestígio social e a eficiência da polícia do que o policial desonesto. Muitos acontecimentos recentes, noticiados pela imprensa com pormenores, puseram em evidência práticas desonestas e ilegais de policiais, que se repetem quase como uma rotina.

Tem sido muito frequente a divulgação de informações sobre a associação de policiais com grupos criminosos, colaborando para a prática e o acobertamento de ilegalidades, muitas vezes abusando de sua autoridade e chegando a agir com extrema violência. Isso vem contribuindo para que se amplie e se agrave a sensação de insegurança da população de modo geral, mas contribui também para a redução da confiança nas organizações policiais e para a deterioração da imagem dos policiais como agentes públicos de grande importância, incumbidos de assegurar, na prática diária, o respeito aos direitos e a convivência pacífica das pessoas. Essa degradação da imagem é péssima para toda a sociedade, mas também para os policiais honestos, cumpridores de seus deveres e conscientes de sua alta responsabilidade social, que têm diminuídos seu prestígio e sua respeitabilidade por culpa de seus colegas desonestos.

O que fazer para reverter tal situação e para que a polícia e seus integrantes figurem na primeira linha das instituições e dos agentes públicos merecedores do máximo respeito e da gratidão da cidadania? Evidentemente, muitos dirão que a melhor resposta será a punição rigorosa dos que praticam desvios de comportamento e assim prejudicam as instituições a que pertencem, prejudicando também gravemente os colegas que, agindo corretamente, com dedicação e assumindo riscos, dão valiosa contribuição à sociedade. O policial desonesto deve ser punido com todo o rigor da lei e, além disso, declarado indigno de ocupar um cargo ou de exercer uma função pública. Mas é preciso cuidar seriamente de outros aspectos fundamentais, que são a rigorosa seleção dos candidatos a ingresso numa organização policial e, além disso, a boa preparação para o exercício de suas relevantes funções sociais.

A Constituição brasileira dá bastante relevância à segurança pública como valor jurídico, dedicando à segurança pública um capítulo especial, que se inicia com o artigo 144 e cuja redação é a seguinte: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a

preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, vindo a seguir a enumeração dos órgãos públicos especialmente encarregados da segurança. Um ponto que deve ser ressaltado é que os encarregados da segurança são agentes jurídicos, que devem estar conscientes disso e ser bem preparados para agir segundo o direito, por meios previstos ou autorizados pelo direito vigente no país e sempre com absoluto respeito às normas e determinações jurídicas.

A boa preparação de um policial vai muito além do ensino e treinamento de aspectos técnicos. É absolutamente necessário que ele tenha plena consciência de seu papel social, de sua alta responsabilidade, do dever de estrito cumprimento das normas legais e, além disso, de sua responsabilidade ética. Isso deve ser dito constantemente aos policiais, nas escolas e cursos de preparação e aperfeiçoamento para o bom exercício de suas funções, mas deve ser reiterado todos os dias pelas chefias e pelos comandos.

[...] A sociedade tem absoluta necessidade de bons policiais, e estes cumprirão com maior eficiência suas difíceis tarefas se contarem com o respeito e a colaboração da cidadania, o que estará assegurado se, a par de terem um bom preparo técnico, forem exemplares como cidadãos.

(DALLARI, Dalmo de Abreu. Jornal do Brasil, <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticia>> acesso em: 02/12/2013.)

Questão 01

De acordo com o texto, para que os agentes da ordem pública procedam sempre em conformidade com os princípios da ética, é necessário que eles:

- A) sejam selecionados a partir de critérios que priorizem o grau de escolaridade, os valores religiosos e a procedência familiar.
- B) estejam conscientes de que são agentes jurídicos e precisam estar bem preparados para agir em estrita obediência às normas legais.
- C) tenham plena consciência de seu papel social e de sua alta responsabilidade na defesa dos interesses dos cidadãos que trabalham e produzem para o país.
- D) conheçam e coloquem em prática o que determina o artigo 144 da Constituição, guiando-se pelas orientações de juristas de renome.
- E) sejam severamente punidos ao praticarem atos que degradem a imagem da instituição policial e comprometam a credibilidade dos agentes honestos.

Questão 02

O texto levanta problemas relacionados à conduta desonesta e ilegal de agentes policiais. No sentido de corrigir esses desvios de conduta, o autor propõe que os agentes policiais, além de responsabilidade ética, devem receber formação que os leve essencialmente:

- A) ao hábito frequente de leitura, ao adequado preparo técnico e à cidadania consciente.
- B) à plena consciência do papel social, à responsabilidade exemplar, ao estrito cumprimento das normas legais.
- C) ao amplo conhecimento jurídico, ao discernimento do bem e do mal e às técnicas dos procedimentos investigativos.
- D) à honestidade, ao desprendimento material e à coerência nas ações de segurança.
- E) ao manejo adequado das armas, ao uso de algemas de forma criteriosa e à correta abordagem dos cidadãos.

Questão 03

Leia com atenção as afirmativas abaixo, considerando-as quanto à progressão temática do texto e à concatenação dos argumentos apresentados na sequência dos parágrafos.

- I. No 1º parágrafo, o tema é apresentado na perspectiva negativa, em razão de procedimentos desonestos e ilegais de membros da polícia.
- II. No 2º parágrafo, enfatiza-se a perspectiva negativa, desenvolvendo-se o argumento de que a associação de policiais com o crime gera insegurança na população e descrédito da instituição policial.
- III. No 3º parágrafo, indaga-se sobre a solução para o problema, com duas respostas diferenciadas quanto ao alcance: punição rigorosa para os agentes da lei infratores e adoção de critérios seguros de seleção e formação dos policiais.
- IV. No 4º parágrafo, enfatiza-se a proposta de formação dos policiais, citando-se o artigo 144 da Constituição, que dá ao policial a competência para exercer a segurança pública a fim de assegurar os direitos e deveres dos cidadãos.
- V. No 5º e 6º parágrafos, reforça-se o argumento da adequada formação dos policiais, pelo estrito cumprimento das normas legais e pela responsabilidade ética, agindo estes como cidadãos exemplares.

De acordo com o texto, das afirmativas acima:

- A) apenas I, II, III e V estão corretas.
- B) todas estão corretas.
- C) apenas II, III e V estão corretas.
- D) apenas I, II, III e IV estão corretas.
- E) apenas I, III, IV e V estão corretas.

Questão 04

O texto “Ética na Polícia”, quanto à tipologia textual, pode ser definido como:

- A) dissertativo argumentativo, por operar com termos abstratos, com base em relações lógicas visando à persuasão.
- B) dissertativo explanativo, por apresentar conceitos técnicos e científicos a respeito do tema abordado.
- C) narrativo, por apresentar os fatos na perspectiva temporal cronológica, do anterior para o posterior.
- D) injuntivo, por exprimir ordens a serem cumpridas em ações apropriadas à formação de policiais.
- E) descritivo em bases psicológicas, por abordar as razões que levam um policial à prática de atos contrários à lei.

Questão 05

O período “Isso deve ser dito constantemente aos policiais, nas escolas e cursos de preparação e aperfeiçoamento para o bom exercício de suas funções, mas deve ser reiterado todos os dias pelas chefias e pelos comandos.” (§ 5) apresenta pequeno problema de estruturação sintático-discursiva, cuja solução mais indicada seria:

- A) a substituição da conjunção coordenativa adversativa “mas”, após a vírgula, pela conjunção adversativa “porém”.
- B) a estruturação clara da correlação aditiva, com o acréscimo de NÃO SÓ entre “Isso” e “deve”, e o acréscimo de TAMBÉM após a conjunção “mas”.
- C) a inserção da locução conjuntiva concessiva “ainda que”, após a conjunção adversativa “mas”, para enfatizar o sentido de oposição na segunda parte do período.
- D) o acréscimo da conjunção concessiva “embora” na primeira parte do período, após o demonstrativo “Isso”, para a correlação com a adversativa “mas”.
- E) a elipse da conjunção adversativa “mas”, para que a parte do período após a vírgula seja uma coordenação assindética.

Questão 06

No trecho “[...] dedicando à segurança pública um capítulo especial, que se inicia com o artigo 144 e cuja redação é a seguinte [...]”, estão corretas, quanto à regência, as duas ocorrências de pronomes relativos.

Das alterações feitas abaixo no referido trecho, está de acordo com as normas de regência, relativamente ao emprego do pronome relativo, a seguinte:

- A) dedicando à segurança pública um capítulo especial, de que trata o artigo 144 e a cuja redação deve ser dada muita importância.
- B) dedicando à segurança pública um capítulo especial, de que se refere o artigo 144 e por cuja redação foram responsáveis vários juristas.
- C) dedicando à segurança pública um capítulo especial, sobre o qual trata o artigo 144 e com cuja redação foram usados muitos recursos.
- D) dedicando à segurança pública um capítulo especial, a respeito do qual fala o artigo 144 e em cuja redação têm sido dadas formas distintas.
- E) dedicando à segurança pública um capítulo especial, o qual tem início com o artigo 144 e de cuja redação é preciso muita atenção.

Questão 07

No trecho “Muitos acontecimentos recentes, [...] puseram em evidência práticas desonestas e ilegais de policiais [...]”, a flexão do verbo “pôr” foi feita corretamente. Está igualmente correta a flexão do verbo destacado em:

- A) O policial INTERVIU no incidente para evitar danos aos transeuntes.
- B) Os novos policiais PROVIERAM de áreas do interior.
- C) Os policiais que se CONTRAPÕE às ordens superiores está sujeito a punições.
- D) Se o comando não REVER a ordem expedida, haverá grande constrangimento na tropa.
- E) Caso não se PROVISSEM as necessidades da tropa, haveria prejuízo moral.

Questão 08

Leia com atenção o seguinte fragmento do texto: “A boa preparação de um policial vai muito além do ensino e treinamento de aspectos técnicos. É absolutamente necessário que ele tenha plena consciência de seu papel social [...]”

Nos itens abaixo, o referido fragmento foi redigido na forma de um único período, de três formas distintas, nas quais se buscou manter o sentido do texto pelo adequado emprego dos elementos de coesão.

- I. Além do ensino e treinamento de aspectos técnicos, para uma boa preparação é absolutamente necessário que o policial tenha plena consciência de seu papel social.
- II. Embora o policial necessite do ensino e do treinamento de aspectos técnicos para uma boa preparação, por conseguinte é absolutamente necessário que ele tenha plena consciência de seu papel social.
- III. É absolutamente necessário que o policial tenha plena consciência de seu papel social para uma boa preparação, além do ensino e treinamento de aspectos técnicos.

Foi mantido o sentido do texto pelo adequado emprego dos elementos de coesão:

- A) nas três redações.
- B) apenas na redação I.
- C) apenas nas redações I e III.
- D) apenas nas redações II e III.
- E) apenas nas redações I e II.

Questão 09

Na oração “A Constituição brasileira dá bastante relevância à segurança pública como valor jurídico [...]”, o emprego do acento indicativo da crase é obrigatório e foi feito corretamente. Nas frases abaixo, é facultativo o emprego do acento indicativo da crase em:

- A) A Constituição brasileira, tratando da segurança pública, vai até às propostas que tenham valor jurídico.
- B) Entre as muitas propostas, a Constituição brasileira dá bastante relevância à que promova a segurança pública como valor jurídico.
- C) A Constituição brasileira dá bastante relevância àqueles projetos de segurança pública como valor jurídico.
- D) A Constituição brasileira dá bastante relevância às propostas de segurança pública como valor jurídico.
- E) A Constituição brasileira dá bastante relevância à verdadeira segurança pública como valor jurídico.

Questão 10

No trecho transcrito do artigo 144 da Constituição “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]”, para o adequado entendimento, é necessário que o leitor saiba que INCOLUMIDADE significa:

- A) singularidade.
- B) sanidade.
- C) integridade.
- D) originalidade.
- E) liberdade.

Questão 11

Sobre a formação dos nomes “ilegalidades” e “insegurança”, é correto afirmar que:

- A) o prefixo “i-” designa negação, privação; e o prefixo “in-”, designa afastamento.
- B) são substantivos abstratos derivados de verbos.
- C) os sufixos formadores, respectivamente “-idade” e “-ança”, designam ação ou resultado de ação.
- D) as bases para a derivação são, respectivamente, os nomes “legal” e “seguro”.
- E) ambos são formados pelo processo da derivação parassintética.

Questão 12

No trecho “[...] o que estará assegurado se, a par de terem um bom preparo técnico, forem exemplares como cidadãos.”, foi empregada corretamente, do ponto de vista semântico, a locução prepositiva “a par de”, com o sentido de “ao lado de”, ou “paralelamente a”.

Das frases abaixo, cujas lacunas são completadas por locuções prepositivas, aquela em que, para estar semanticamente correta, a lacuna tem de ser preenchida pela primeira das formas entre parênteses é:

- A) ____ (Ao invés de / Em vez de) prender o marginal, o policial facilitou-lhe a fuga.
- B) O policial vai ____ (de encontro aos / ao encontro dos) interesses da sociedade, quando age com correção.
- C) O jurista percorreu ____ (a cerca da / acerca da / há cerca da) responsabilidade ética na formação do policial.
- D) O policial trabalhava ____ (afim de / a fim de) cumprir suas obrigações.
- E) O policial estava ____ normas da corporação (ao par das / a par das).

Questão 13

Lendo-se com atenção o trecho “Um ponto que deve ser ressaltado é que os encarregados da segurança são agentes jurídicos [...]”, pode-se afirmar que, entre as frases abaixo, aquela em que a construção É QUE foi empregada com idêntico valor sintático-funcional é:

- A) A ética é que distingue o bom do mau policial.
- B) A certeza é que sem ética a polícia continuará desacreditada junto à população.
- C) A boa formação do policial é que lhe dá condições favoráveis para atuar com ética.
- D) O policial é que não poderia ser responsabilizado.
- E) A dedicação ao ensino e ao treinamento técnico é que distinguia o policial de seus colegas.

Questão 14

Dos pares abaixo, o par em que a flexão de plural dos substantivos é feita da mesma forma que o substantivo destacado em “forem exemplares como CIDADÃOS” é:

- A) aldeão / capitão.
- B) cristão / pagão.
- C) escrivão / capelão.
- D) comoção / desvão.
- E) bênção / anão.

Questão 15

Expressa na voz ativa, a oração passiva “Isso deve ser dito constantemente aos policiais [...]” terá a seguinte redação:

- A) Constantemente deve-se dizer isso aos policiais.
- B) Deve ser dito isso constantemente aos policiais.
- C) Devem dizer isso constantemente aos policiais.
- D) Deve-se dizer isso constantemente aos policiais.
- E) Aos policiais deve ser dito isso constantemente.

**GRUPO II
CONHECIMENTOS GERAIS**

ÉTICA E FILOSOFIA

Questão 16

Determinadas ações humanas são objeto de valoração – são consideradas justas ou injustas, certas ou erradas, boas ou más. O ato de valorar é sempre praticado pelo sujeito moral. Em relação ao universo dos valores, é correto afirmar que:

- A) a coragem, a beleza, a justiça são valores cujo conteúdo, para os homens de um mesmo país ou região, não muda através dos tempos.
- B) os valores morais provêm, antes de tudo, da cultura ou do grupo a que pertence o indivíduo.
- C) os valores existem apenas no plano da razão, já que o porquê ou a origem deles é geralmente sabido pelos indivíduos.
- D) os juízos morais de valor dizem o que algo é (bom ou mau, feio ou bonito), simplesmente, e não como algo deve ser.
- E) os valores dependem exclusivamente da avaliação de cada indivíduo, que julga por si mesmo o mundo ao redor, a despeito do que pensam ou julgam outros indivíduos.

Questão 17

O racionalismo ético é uma das principais concepções filosóficas da moral. Atribui à razão humana lugar central na vida ética. É correto afirmar que essa concepção:

- A) identifica a liberdade com a plena manifestação do lado passional do homem.
- B) não difere vontade e desejo, já que ambos tomam a forma de atitudes irrefletidas ou irracionais.
- C) considera as motivações e as intenções humanas possíveis de serem conhecidas pela razão.
- D) associa os diversos vícios humanos (egoísmo, avareza, má-fé) à própria natureza do homem, impossível de ser domesticada.
- E) nega à razão o direito de intervir sobre o desejo e as paixões do homem.

ATUALIDADES

Questão 18

A última rodada do campeonato brasileiro de futebol, organizado pela CBF, foi marcado por um grande confronto entre torcedores no jogo entre Vasco e Atlético Paranaense. Após o incidente, vários questionamentos foram feitos sobre o ocorrido, sendo que alguns ganharam destaque como uma das causas determinantes do evento. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que apresenta uma das causas que estão sendo apontadas como determinantes do confronto entre as torcidas.

- A) A falta de policiamento ostensivo nas vias de acesso ao estádio e em seu entorno.
- B) O jogo foi realizado em campo neutro, desagradando aos torcedores dos dois clubes.
- C) O confronto foi incentivado pelos dois clubes, já que ambos seriam rebaixados para a segunda divisão.
- D) A Polícia Militar de Santa Catarina não fez a segurança nas arquibancadas do estádio.
- E) O preço dos ingressos foi mais elevado para os torcedores do time visitante.

Questão 19

No final de 2013, ocorreu uma série de leilões de rodovias brasileiras, uma delas a BR163. Dividida em trechos, a BR163, em sua parte localizada no Estado de Mato Grosso, foi concedida à iniciativa privada, pelo que foi acordado o seguinte:

- A) deságio de mais ou menos 52% sobre o preço máximo fixado pelo governo para os pedágios.
- B) as empresas vencedoras do leilão se comprometem a proibir o tráfego de caminhões, principalmente dos que transportam soja.
- C) a concessão limita-se a um prazo máximo de cinco anos, sendo que a cobrança do pedágio se restringe aos três últimos anos.
- D) as principais empresas vencedoras do referido trecho formam a Triunfo Participações juntamente com a CCR.
- E) valor dos pedágios superior ao teto proposto pelo governo, equivalendo a um ágio de cerca de 30%.

Questão 20

O Uruguai foi notícia em jornais do mundo inteiro por aprovar uma lei que pretende diminuir a violência relacionada ao tráfico de drogas. A lei aprovada pelo governo uruguaio, entre outras medidas, determina:

- A) que os dependentes químicos sejam deportados para países mais liberais em relação ao consumo de drogas, como a maconha.
- B) que seja instituída a pena de morte para os traficantes que forem apanhados em flagrante com mais de um quilo de qualquer substância ilícita.
- C) a legalização da produção, distribuição e venda da maconha com controle dos aparelhos do Estado.
- D) que o consumidor de drogas como cocaína, heroína e maconha seja internado de maneira compulsória.
- E) que o governo crie parques e praças específicos para o consumo legalizado e supervisionado do crack e da heroína.

Questão 21

Em meados de dezembro de 2013, o Brasil fechou um acordo comercial na área militar que já estava em negociação há alguns anos. Assinale a alternativa que apresenta o produto acordado para compra pelo Brasil e o respectivo país de origem da empresa produtora.

- A) Aviões caça – Suécia
- B) Fuzis automáticos – Afeganistão
- C) Porta-aviões – Japão
- D) Tanques subaquáticos – França
- E) Submarino nuclear – Israel

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

Questão 22

A paisagem agrícola faz parte de significativa área do Estado de Mato Grosso. Entre as lavouras permanentes a seguir, a que apresentou, em 2012, a maior área colhida, em hectares, segundo o IBGE, foi:

- A) sisal.
- B) tangerina.
- C) pimenta-do-reino.
- D) café.
- E) goiaba.

Questão 23

“A exploração mineradora expandiu-se para a região onde atualmente está localizada a cidade de Diamantino, distante 184 km de Cuiabá. [...] Os índios Paresi, habitantes do distrito de Diamantino, passaram a fazer parte do contingente de mão de obra escrava que labutava nas minas. Contudo, logo a seguir ao esgotamento das lavras de ouro, no penúltimo quartel do século XIX, um setor se colocou como uma das importantes fontes de riqueza em Mato Grosso, principalmente na porção norte. Esse setor teve a participação dos Paresi como guias e também como trabalhadores efetivos.”

(BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto – Petrobrás, 2000, p. 23 – Adaptado).

O setor a que o enunciado se refere é:

- A) ecoturismo.
- B) triticultura.
- C) retirada de pau-brasil.
- D) produção da soja.
- E) extração do látex.

Questão 24

O Estado de Mato Grosso, em razão de sua localização e de sua vasta extensão territorial, é ocupado naturalmente por diferentes formações vegetais. Assinale a alternativa que indica os três principais biomas que formam o espaço natural de Mato Grosso.

- A) Caatinga, Mata de Cocais e Pantanal.
- B) Cerrado, Restingas e Araucária.
- C) Mata de Araucária, Cerrado e Pradarias.
- D) Amazônia, Pradarias e Caatinga.
- E) Pantanal, Amazônia e Cerrado.

Questão 25

Na linha de sucessão ao governo do Estado de Mato Grosso, após a divisão política e territorial, oficializada pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, ocupou a cadeira de chefe do Poder Executivo, no Estado, durante o período compreendido entre 1979 e 1983, o seguinte político:

- A) Fernando Corrêa da Costa.
- B) José Manuel Fontanillas Fragelli.
- C) João Ponce de Arruda.
- D) Arnaldo Estêvão de Figueiredo.
- E) Frederico Carlos Soares Campos.

GRUPO III
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 26

Analise as seguintes sentenças em relação ao ambiente Windows XP:

- I. Para excluir um arquivo sem passar pela lixeira, basta selecionar o arquivo que se quer excluir, em seguida pressionar no teclado o conjunto de teclas CTRL + DEL e confirmar a exclusão na janela que aparecerá.
- II. A lixeira é uma pasta do Windows como outra qualquer, portanto pode ser compartilhada em uma rede de computadores.
- III. Na configuração padrão do Windows XP, não é possível excluir, com a tecla DEL, o atalho da lixeira que está localizado na área de trabalho.

É(são) verdadeira(s) apenas:

- A) I e III
- B) I
- C) I e II
- D) II
- E) III

Questão 27

Na personalização do plano de fundo da área de trabalho do Windows XP, é possível selecionar e configurar a posição de uma imagem. São opções possíveis da caixa de listagem posição:

- A) lado a lado, centralizar e estender.
- B) centralizar, estender e esquerda.
- C) ícones, lado a lado e ajustar.
- D) ajustar, ícones e centralizar.
- E) miniaturas, lado a lado e direita.

Questão 28

No MS Word 2007, os comandos relacionados à área de transferência encontram-se agrupados e disponíveis em uma opção (aba) da barra de menus. Essa opção é conhecida como:

- A) Layout da Página.
- B) Revisão.
- C) Inserir.
- D) Início.
- E) Exibição.

Questão 29

Considere a seguinte planilha do MS Excel 2007:

The screenshot shows the MS Excel 2007 interface. The ribbon is set to 'Fórmulas'. The formula bar shows the formula `=CONT.SE(A1:A7;"Flu*.*")`. The spreadsheet has the following data in column A:

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Fluminense							
2	Vasco							
3	Botafogo							
4	Fluminense							
5	Flamengo							
6	Vasco							
7	Botafogo			<code>=CONT.SE(A1:A7;"Flu*.*")</code>				
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								

O resultado da aplicação da função CONT.SE na célula D7 é:

- A) #####
- B) 0 (zero)
- C) #REF!
- D) #N/D
- E) 2

Questão 30

São tipos de vírus combatidos pelos sistemas antivírus, EXCETO:

- A) de boot, polimórficos, de script e captchas.
- B) de macro, de boot, polimórficos e de script.
- C) de script, de boot, de macro e captchas.
- D) captchas, de script, de macro e polimórficos.
- E) polimórficos, de macro, captchas e de boot.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 31

“A atividade administrativa deve ser destinada a todos os administrados, dirigida aos cidadãos em geral, sem determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza. É o que impõe ao Poder Público este princípio. Com ele quer-se quebrar o velho costume do atendimento do administrado em razão de seu prestígio ou porque a ele o agente público deve alguma obrigação.”

(GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 17ª Edição, atualizada por Fabrício Motta. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 62.)

O texto acima faz referência direta ao seguinte princípio do Direito Administrativo:

- A) eficiência.
- B) publicidade.
- C) urbanidade.
- D) proficiência.
- E) impessoalidade.

Questão 32

Compõem a Administração Pública Indireta, na qualidade de pessoas jurídicas de Direito Privado:

- A) as autarquias.
- B) as associações públicas.
- C) as agências reguladoras.
- D) as fundações públicas.
- E) as empresas públicas.

Questão 33

Em uma situação fática administrativo-funcional um determinado cargo público não está provido, isto é, está sem titular. Nessa hipótese, está configurado caso de:

- A) nomeação.
- B) reingresso.
- C) readaptação.
- D) investidura.
- E) vacância.

Questão 34

Sobre os serviços públicos *uti universi* é correto afirmar que:

- A) são divisíveis e custeados por preço público.
- B) são divisíveis e não podem ser dados em concessão.
- C) são divisíveis e mantidos por tarifa.
- D) são indivisíveis e podem ser dados em concessão.
- E) são indivisíveis e mantidos por impostos.

Questão 35

Sobre o tema do controle da Administração Pública, é correto dizer que o recurso hierárquico próprio é aquele que:

- A) é endereçado à autoridade superior, podendo ser interposto sem necessidade de prévia disposição legal.
- B) é endereçado à autoridade que não ocupa posição de superioridade hierárquica, podendo ser interposto apenas nas hipóteses de expressa previsão legal.
- C) é endereçado à autoridade que ocupa posição superior ou não, podendo ser interposto apenas nas hipóteses de expressa previsão legal.
- D) é endereçado à autoridade que não ocupa posição de superioridade hierárquica, sem necessidade de prévia disposição legal.
- E) é endereçado à autoridade superior, podendo ser interposto apenas nas hipóteses de expressa previsão legal.

Questão 36

Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que a teoria da irresponsabilidade estatal está:

- A) prevista no parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição Federal vigente uma vez que o Estado não responde por atos culposos de seus agentes.
- B) prevista no parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição Federal vigente uma vez que o Estado não responde por atos dolosos de seus agentes.
- C) prevista no parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição Federal vigente uma vez que a Constituição optou por não adotar no direito brasileiro a teoria do risco administrativo.
- D) afastada pelo parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição Federal vigente uma vez que o Estado responde pelos atos culposos praticados por seus agentes, sendo sua responsabilidade estabelecida na modalidade do risco integral.
- E) afastada pelo parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição Federal vigente uma vez que o Estado responde pelos atos culposos praticados por seus agentes desde que ajam nessa qualidade.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 37

Tendo em vista o tema Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- A) O poder constituinte derivado reformador é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.
- B) O poder constituinte derivado decorrente é caracterizado, em sua essência, pela sua ausência de vinculação a qualquer regra anterior, pela sua autonomia e pela sua incondicionalidade.
- C) As normas acrescentadas ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) pelo poder constituinte de reforma não admitem controle de constitucionalidade.
- D) O exercício do poder constituinte derivado não deve obediência às normas de natureza procedimental estabelecidas pelo legislador constituinte originário.
- E) A competência atribuída aos Estados Federados brasileiros para a elaboração de suas constituições, segundo doutrina pacífica a esse respeito, é denominada de poder constituinte derivado decorrente.

Questão 38

Compete, privativamente, à União legislar sobre:

- A) juntas comerciais.
- B) direito penal.
- C) direito financeiro.
- D) orçamento.
- E) custas dos serviços forenses.

Questão 39

Tendo em vista o tema direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- A) Haverá identificação criminal, independente da identificação civil.
- B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- C) São gratuitas as ações de *habeas data* e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- D) Conceder-se-á mandado de segurança coletivo sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- E) No ajuizamento do mandado de injunção, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Questão 40

Acerca do tema Administração Pública e considerando a Constituição de 1988, a doutrina e a jurisprudência constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- B) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- C) Não é permitido ao servidor público civil associar-se a entidade sindical.
- D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- E) A proibição constitucional de acumular cargos públicos não se estende a empregos e funções e nem abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Questão 41

A Ação Direta de Inconstitucionalidade tem suas partes legítimas disciplinadas no texto da Constituição de 1988. A referida ação deve ser processada e julgada pelo seguinte órgão:

- A) Conselho da Justiça Federal.
- B) Tribunal Superior Eleitoral.
- C) Conselho Nacional de Justiça.
- D) Supremo Tribunal Federal.
- E) Superior Tribunal de Justiça.

Tendo em vista o tema funções essenciais à administração da justiça, bem como considerando a Constituição de 1988, a doutrina e a jurisprudência constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) A atual Constituição veda aos membros do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária.
- B) A advocacia pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
- C) Aos procuradores dos Estados é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante o Conselho Nacional do Ministério Público.
- D) A Constituição de 1988 autoriza expressamente a contratação temporária de advogados para o exercício das funções de defensor público, em situações excepcionais.
- E) O Ministério Público não está sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas, devido à sua autonomia administrativa, orçamentária e financeira, bem como pelo fato de ser defensor da ordem jurídica e do regime democrático.

No Título X da Lei Complementar nº 407/2010 – Do Regime e Procedimento Disciplinar – estão inseridas as proibições que caracterizam infração administrativa, sendo estas divididas em graus, conforme apresentado na Coluna I.

Estabeleça a correta correspondência entre os itens da Coluna I e os da Coluna II.

Coluna I

1. Primeiro grau
2. Segundo grau
3. Terceiro grau
4. Quarto grau

Coluna II

- () Solicitar ou aceitar empréstimo em dinheiro ou valor de pessoa que trate de interesse na repartição, ou que esteja sujeita a sua fiscalização.
- () Constituir-se procurador de parte ou servir de intermediário perante qualquer repartição da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, salvo quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau.
- () Dar-se ao vício de embriaguez ou de substância que provoque dependência física ou psíquica.
- () Solicitar de particular vantagem indevida para realizar diligência policial.
- () Exercer pressão ou influir junto a subordinados para forçar solução ou resultado ilegal ou imoral.

A sequência correta é:

- A) 1, 4, 3, 2 e 4.
- B) 2, 3, 4, 1 e 4.
- C) 4, 3, 2, 1 e 2.
- D) 3, 2, 1, 2 e 3.
- E) 2, 2, 2, 1 e 3.

Questão 44

Conceder-se-á licença remunerada ao policial civil:

- A) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, no prazo máximo de 2 (dois) anos.
- B) por motivo de doença grave em pessoa da família, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- C) para capacitação, treinamento e aperfeiçoamento, compatibilizado o interesse público.
- D) para atividade política, por mais de 3 (três) meses e no máximo 06 (seis) meses.
- E) para tratar de interesse particular, no prazo máximo de 2 (dois) anos, compatibilizado o interesse do serviço.

Questão 45

A remoção é o deslocamento do policial civil de uma para outra unidade policial. Assim, é correto afirmar:

- A) O policial civil, quando removido para município diverso do seu cônjuge, servidor público federal ou municipal, não poderá ter compatibilizada esta situação.
- B) A remoção do policial civil para outro município será apreciada pelo Conselho Superior de Polícia.
- C) Durante o estágio probatório, a remoção somente ocorrerá a pedido.
- D) A remoção do policial civil somente se dará por necessidade do serviço ou a pedido, atendendo o interesse do policial removido.
- E) É permitida a remoção de policial civil de um município para outro, quando em exercício de mandato eletivo na diretoria executiva de sua entidade de classe.

Questão 46

A ascensão funcional de policial civil dar-se-á por progressão horizontal e vertical, conforme previsto na Lei Complementar nº 407/2010, sendo correto o que se afirma em:

- A) Progressão vertical é a elevação do policial civil à classe imediatamente superior.
- B) O policial civil inscrito em Curso de Aperfeiçoamento ou Especialização, promovido pela Academia de Polícia Judiciária Civil, poderá ser colocado à disposição deste órgão, sem prejuízo das suas funções, enquanto durar o curso,
- C) O processo de progressão horizontal da Classe B para C observará como requisitos ensino superior completo, mais outros cursos que totalizem 250 (duzentas e cinquenta) horas, específicos na área de atuação, devidamente autorizados pelo Delegado Geral de Polícia Judiciária Civil e homologados pela Academia de Polícia.
- D) Cada classe desdobra-se em 10 (dez) níveis, indicados por numerais arábicos que constituem a linha horizontal de progressão, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício de 03 (três) anos.
- E) O policial civil indicado à progressão horizontal adquire o direito de frequentar os cursos de aperfeiçoamento ou especialização, podendo deles desistir independentemente de manifestação por escrito.

Questão 47

Quanto à extinção da punibilidade, é correto afirmar:

- A) O prazo de prescrição inicia-se no dia do fato. O sobrestamento previsto na Lei Complementar nº 407/2010 não interrompe o prazo de prescrição, que somente será interrompido pela abertura de sindicância ou instauração de processo administrativo previstos na referida lei.
- B) Extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta sujeita à pena de repreensão em 18 (dezoito) meses.
- C) Para faltas sujeitas à pena de demissão, nos casos em que ocorrer a prática de crime, o prazo prescricional será de 05 (cinco) anos.
- D) As faltas sujeitas às penas de advertência e multa prescrevem em 01 (um) ano.
- E) O prazo prescricional das faltas administrativas não se suspendem ou interrompem.

Questão 48

Quanto aos procedimentos disciplinares, é correto afirmar:

- A) Na fase de apreciação e decisão, resultando provas a favor do sindicado, não poderá a autoridade sindicante excluir enquadramentos, de forma parcial ou na íntegra, daqueles elaborados no despacho de indicição, sendo permitido acrescentar no relatório final novos enquadramentos.
- B) Findo o prazo de defesa, a autoridade sindicante elaborará relatório conclusivo, em que examinará os elementos colhidos na sindicância e de acordo com o apurado, deverá, dentre outras medidas, encaminhar ao superior hierárquico, quando não forem colhidos elementos fáticos e suficientes para a caracterização das faltas atribuídas no despacho de indicição ou definição de autoria.
- C) Se o sindicado ou seu defensor não oferecer as alegações finais, a autoridade sindicante, mediante despacho fundamentado, nomeará um policial civil bacharel em direito, para apresentá-la, assinalando-lhe novo prazo de 05 (cinco) dias.
- D) A apuração do extravio de cédula funcional é de competência exclusiva da Corregedoria-Geral de Polícia Judiciária Civil e a autorização para expedição de nova cédula é de competência do Delegado-Geral de Polícia Judiciária Civil.
- E) A sindicância não poderá ser avocada em hipótese alguma.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 49

Sobre o princípio da reserva de jurisdição, assinale a alternativa correta.

- A) A autoridade policial pode ordenar buscas domiciliares uma vez que não se adotou, em nosso ordenamento, a cláusula de reserva de jurisdição.
- B) Segundo o princípio da reserva de jurisdição, sobre determinados temas, a autoridade judiciária tem o monopólio da última palavra.
- C) Vigora em nosso ordenamento a cláusula de reserva de jurisdição, de forma que a interceptação telefônica, as buscas domiciliares e a prisão só podem ser determinados pela autoridade judiciária.
- D) Excepcionalmente, as CPIs, por possuírem poderes de investigação típicos da autoridade judiciária, podem ordenar buscas domiciliares.
- E) A ordem constitucional brasileira não adotou o princípio da reserva de jurisdição.

Questão 50

Acerca do direito de representação, está correta a seguinte alternativa:

- A) Não existe, no ordenamento jurídico pátrio, o instituto da renúncia ao direito de representação.
- B) A retratação da representação só pode ocorrer até o recebimento da denúncia.
- C) A homologação da composição civil dos danos, nas infrações de menor potencial ofensivo, cuja ação for condicionada à representação, importa renúncia do direito de representação.
- D) No âmbito da violência doméstica familiar, por crime de lesão corporal leve, a retratação da representação só pode ocorrer na presença do juiz, em audiência especialmente designada para este fim.
- E) A renúncia ao direito de representação só pode ser expressa perante a autoridade policial.

Questão 51

Leia as alternativas a seguir e assinale a correta.

- A) Por força do sigilo que caracteriza o inquérito policial, não pode o advogado a ele ter acesso.
- B) Segundo a fórmula objeto de Dürig, a dignidade humana é violada toda vez que o homem é coisificado. Essa diretriz é importante limite para a investigação criminal, em razão da possibilidade de graves lesões a esfera individual decorrentes de tais atividades.
- C) O princípio da publicidade, garantia fundamental, é aplicável ao inquérito policial.
- D) À luz da jurisprudência do STF, o advogado tem o direito de ter acesso a qualquer atividade da investigação criminal.
- E) O contraditório é um direito fundamental aplicável também ao inquérito policial.

Questão 52

O inquérito policial se caracteriza por ser:

- A) contraditório, informativo, escrito e sigiloso.
- B) contraditório, sistemático, público e informativo.
- C) inquisitivo, informativo, escrito e público.
- D) inquisitório, unidirecional, público e escrito.
- E) inquisitivo, informativo, escrito e sigiloso.

Questão 53

Considera-se em flagrante delito:

- A) aquele que é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele autor da infração, ou ainda, o que é encontrado, logo depois com instrumentos, armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele autor da infração.
- B) aquele que é perseguido, em até 48 horas, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele autor da infração.
- C) aquele que é perseguido, em até 24 horas, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele autor da infração.
- D) aquele que é encontrado, em até 24 horas, com instrumentos armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele autor da infração.
- E) aquele que é encontrado, em até 48 horas, com instrumentos armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele autor da infração.

Questão 54

Assinale a alternativa que encontra fundamento no ordenamento processual penal brasileiro.

- A) Lavrado o auto de prisão em flagrante, este deve ser encaminhado para autoridade judiciária em 24 horas, prorrogáveis por até 72 horas, quando a sede da unidade de polícia judiciária for longínqua em relação ao fórum em que se encontrar a autoridade judiciária.
- B) O inquérito deve ser documentado, relatado e encerrado em 90 dias se o réu estiver solto.
- C) A falta de advertência sobre o direito ao silêncio durante o interrogatório em sede policial não retira o valor da confissão.
- D) Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas será feito por meio de gravação magnética, estenotípia, digital, audiovisual ou outro similar, tudo para garantir maior fidelidade das informações.
- E) Os depoimentos do indiciado só podem ser registrados por termos escritos nos autos do inquérito.

Questão 55

Marque a alternativa correta.

- A) Durante a instrução criminal, o auto de reconhecimento deve ser pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada a proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais.
- B) O indiciado é obrigado a participar da reconstituição do crime.
- C) O interrogatório será constituído de 3 fases: sobre a pessoa do acusado, sobre os fatos e sobre a vítima.
- D) Em sede judicial, o valor da confissão é absoluto.
- E) Em sede policial, o valor da confissão é absoluto.

Questão 56

Leia as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Doutrinariamente, a possibilidade de intervenção corporal coercitiva para colheita de material genético tem sua constitucionalidade contestada em razão do princípio *nemo tenetur se detegere*, que garante ao indiciado ou acusado o direito a não produzir prova contra si mesmo.
- II. Para o STF, adotando-se a técnica de ponderação de interesse, a depender da gravidade do fato objeto de investigação, é lícito submeter o indiciado ou réu, coercitivamente, a exame grafotécnico e perícia para confronto vocal.
- III. A legislação pátria prevê a possibilidade de coleta de material biológico para obtenção de perfil genético destinado à identificação criminal, quando imprescindível à investigação criminal.

Somente está(ão) correta(s):

- A) I
- B) II e III
- C) II
- D) III
- E) I e III

Questão 57

Marque a alternativa correta.

- A) O Delegado de Polícia só pode ser removido por ato fundamentado.
- B) Como o indiciamento é ato privativo do Delegado de Polícia, a prisão de quem se encontra em situação de flagrante só pode ser feita por tal autoridade.
- C) O indiciamento é ato privativo do Delegado de Polícia e do Ministério Público que tem o poder de requisitar a instauração do inquérito.
- D) O Delegado de Polícia goza do poder geral de requisição até mesmo para os temas protegidos pela reserva de jurisdição.
- E) O Delegado de Polícia, mesmo para os temas não protegidos pela reserva de jurisdição, não goza de poder geral de requisição.

Questão 58

São princípios constitucionais do processo penal:

- A) presunção de inocência, contraditório e verdade real.
- B) devido processo, ampla defesa, verdade real e dispositivo.
- C) juiz natural, presunção de inocência, ampla defesa e contraditório.
- D) devido processo, presunção de inocência, ampla defesa, contraditório e verdade real.
- E) devido processo, presunção de inocência, ampla defesa, contraditório e dispositivo.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Questão 59

Na *abolitio criminis* temporária ou na *vacatio legis* indireta:

- A) os efeitos da norma incriminadora são temporariamente suspensos, com efeitos *erga omnes*, de modo que se trata de causa de escusa absoluta.
- B) os efeitos da norma incriminadora são temporariamente suspensos, com efeitos *erga omnes*, de modo que se trata de causa de exclusão da culpabilidade.
- C) os efeitos da norma incriminadora são temporariamente suspensos, com efeitos *erga omnes*, de modo que a conduta não é típica se praticada nesse período.
- D) os efeitos da norma incriminadora não são suspensos, de modo que a norma possui aplicação integral neste período.
- E) os efeitos da norma incriminadora são temporariamente suspensos, com efeitos *erga omnes*, de modo que se trata de causa de exclusão de ilicitude.

Questão 60

Umbelino, policial civil encarregado de efetuar o transporte de inquéritos policiais da delegacia para o fórum, por descuido, não percebeu quando um dos procedimentos caiu da pilha que transportava no percurso entre a delegacia e o fórum, motivando a instauração de um procedimento de polícia judiciária para apurar o desaparecimento do inquérito policial. Uma vez provada todas essas circunstâncias, Umbelino:

- A) Incidiu no crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento previsto no artigo 314 do Código Penal.
- B) não praticou crime.
- C) incidiu no crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório previsto no artigo 356 do Código Penal.
- D) incidiu no crime de subtração ou inutilização de livro ou documento previsto no artigo 337 do Código Penal.
- E) incidiu no crime de supressão de documento previsto no artigo 305 do Código Penal.

Quanto aos crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei nº 8.137/1990, é correto afirmar:

- A) O art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990 (omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias) deve ser classificado como crime material, que se consuma quando as condutas nele descritas produzem como resultado a efetiva supressão ou redução do tributo, enquanto que o crime previsto no art. 2º, I, da Lei nº 8.137/1990 (fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para se eximir, total ou parcialmente, de pagamento de tributo – sonegação fiscal) é crime formal que independe da obtenção de vantagem ilícita em desfavor do Fisco, bastando a omissão de informações ou a prestação de declaração falsa.
- B) O art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990 (omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias) deve ser classificado como crime de mera conduta, que se consuma quando as condutas nele descritas produzem como resultado a efetiva supressão ou redução do tributo, enquanto que o crime previsto no art. 2º, I, da Lei nº 8.137/1990 (fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para se eximir, total ou parcialmente, de pagamento de tributo – sonegação fiscal) é crime material que independe da obtenção de vantagem ilícita em desfavor do Fisco, bastando a omissão de informações ou a prestação de declaração falsa.
- C) O art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990 (omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias) deve ser classificado como crime formal, que se consuma quando as condutas nele descritas produzem como resultado a efetiva supressão ou redução do tributo, enquanto que o crime previsto no art. 2º, I, da Lei nº 8.137/1990 (fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para se eximir, total ou parcialmente, de pagamento de tributo – sonegação fiscal) é crime material que depende da obtenção de vantagem ilícita em desfavor do Fisco, bastando a omissão de informações ou a prestação de declaração falsa.
- D) O art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990 (omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias) deve ser classificado como crime material, que se consuma quando as condutas nele descritas produzem como resultado a efetiva supressão ou redução do tributo, enquanto que o crime previsto no art. 2º, I, da Lei nº 8.137/1990 (fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para se eximir, total ou parcialmente, de pagamento de tributo – sonegação fiscal) é crime de mera conduta que independe da obtenção de vantagem ilícita em desfavor do Fisco, bastando a omissão de informações ou a prestação de declaração falsa.
- E) O art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990 (omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias) deve ser classificado como crime formal, que se consuma quando as condutas nele descritas produzem como resultado a efetiva supressão ou redução do tributo, enquanto que o crime previsto no art. 2º, I, da Lei nº 8.137/1990 (fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para se eximir, total ou parcialmente, de pagamento de tributo – sonegação fiscal) é crime de mera conduta que independe da obtenção de vantagem ilícita em desfavor do Fisco, bastando a omissão de informações ou a prestação de declaração falsa.

Questão 62

Quanto aos crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar:

- A) Não basta que o agente tenha conhecimento de que a vítima é menor de catorze anos de idade e decida com ela manter conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso para que se caracterize o crime de estupro de vulnerável. É indispensável a existência de violência ou grave ameaça para tipificação desse crime, cuja conduta está descrita no art. 217-A do Código Penal.
- B) Por força da aplicação do princípio da ultra-atividade da lei penal mais favorável, as modificações tidas como favoráveis não de alcançar os delitos cometidos antes da Lei nº 12.015/2009.
- C) A partir da Lei nº 12.015/2009, nas condenações anteriores a essa lei, passou a ser admitida a possibilidade da unificação das condutas de estupro e de atentado violento ao pudor, considerando-as crime único ou crime continuado, a depender das circunstâncias concretas dos fatos.
- D) O agente que pratica a conjunção carnal, aproveitando-se de resistência da vítima, em face desta ser portadora de paralisia, pratica o crime de estupro descrito no artigo 213 do Código Penal.
- E) A prática de mais de uma conduta caracterizadora de violência sexual, sexo vaginal e sexo anal, mesmo com o advento da Lei nº 12.015/2009, permanece configurada dois delitos contra a dignidade sexual.

Questão 63

As elementares “relações sexuais”, “ato libidinoso” e “moléstia venérea” descritas no artigo 130 do Código Penal são classificadas, sucessivamente, como:

- A) objetiva, objetiva e normativa.
- B) normativa, normativa e normativa.
- C) objetiva, subjetiva e normativa.
- D) normativa, objetiva e objetiva.
- E) objetiva, objetiva e objetiva.

Questão 64

Anfrosina inumou o cadáver do seu filho recém-nascido em um cemitério, com infração das disposições legais, visando impedir que terceiros tivessem conhecimento da sua vida irregular. Portanto:

- A) obrou no delito de ocultação de cadáver.
- B) obrou na infração penal de vilipêndio a cadáver.
- C) praticou uma contravenção penal referente à Administração Pública.
- D) praticou o crime de violação de sepultura.
- E) não praticou infração penal.

Questão 65

O princípio da fragmentariedade do Direito Penal significa:

- A) que, uma vez escolhidos aqueles bens fundamentais, comprovada a lesividade e a inadequação das condutas que os ofendem, esses bens passarão a fazer parte de uma pequena parcela que é protegida pelo Direito Penal.
- B) que o legislador valora as condutas, cominando-lhes penas que variam de acordo com a importância do bem a ser tutelado.
- C) que apesar de uma conduta se subsumir ao modelo legal não será considerada típica se for socialmente adequada ou reconhecida, isto é, se estiver de acordo com a ordem social da vida historicamente condicionada.
- D) que as proibições penais somente se justificam quando se referem a condutas que afetem gravemente direitos de terceiros.
- E) que a lei é a única fonte do Direito Penal quando se quer proibir ou impor condutas sob a ameaça de sanção.

Questão 66

Eufrosina, experiente psicóloga e conhecedora profunda das técnicas de hipnose, propõe a sua amiga Ambrósia hipnotizá-la, sob o argumento de curá-la de um trauma da infância. Acreditando na cura, Ambrósia aceita a terapia. Estando sob os efeitos da hipnose e das determinações de Eufrosina, Ambrósia entrega-lhe um colar de brilhantes, que já era cobiçado pela psicóloga há anos. Eufrosina vai embora surrupiando a joia. Assim, Eufrosina praticou o crime de:

- A) roubo próprio.
- B) furto simples.
- C) furto qualificado
- D) roubo impróprio.
- E) apropriação indébita.

Questão 67

Roalda vinha dirigindo seu carro quando, em uma descida, percebeu que vinha em sua direção, na traseira de seu veículo, um enorme caminhão desgovernado, em face de ter perdido a capacidade de frenagem. Para salvar a sua vida, Roalda jogou o seu automóvel para o acostamento, colidindo com uma condução escolar, que estava estacionada aguardando uma criança. Logo, a conduta de Roalda frente à colisão com o veículo estacionado constituiu:

- A) estado de necessidade defensivo.
- B) estado de necessidade agressivo.
- C) legítima defesa real.
- D) legítima defesa putativa.
- E) exercício regular do direito.

Questão 68

Quanto ao crime de rixa previsto no artigo 137 do Código Penal (participar de rixa, salvo para separar os contendores), é correto afirmar que:

- A) é crime comum, de dano, comissivo por omissão, coletivo, não transeunte como regra, unissubsistente, instantâneo.
- B) é crime comum, de perigo, comissivo, coletivo, não transeunte como regra, plurissubsistente, instantâneo.
- C) é crime próprio, de dano, comissivo, plurissubjetivo, transeunte como regra, plurissubsistente, permanente.
- D) é crime próprio, de perigo, comissivo por omissão, monossubjetivo, não transeunte como regra, unissubsistente, permanente.
- E) é crime comum, de perigo, comissivo, monossubjetivo, transeunte como regra, plurissubsistente, instantâneo.

Questão 69

Adamásia, no exercício da advocacia, fez inserir falso endereço em documentos processuais de seu cliente. Assim, de modo relevante e intencional, alterou a competência territorial do processo, tendo restadas essas circunstâncias devidamente provadas. Logo, Adamásia praticou o crime de:

- A) tergiversação.
- B) falsa identidade.
- C) falsidade ideológica.
- D) patrocínio infiel.
- E) estelionato.

Acrásio encontrava-se detido em uma delegacia da polícia civil por ter ameaçado a vida de um terceiro. Lá, apresentou comportamento violento e incontrolado: debatia-se contra as grades, agredia outros detentos e dirigia improperos contra os policiais. Após os outros detentos serem retirados da cela, Acrásio foi algemado, momento em que passou a provocar e a ofender Sinfrônio, policial que o guardava, que, em seguida, adentrou a cela e lhe desferiu vários golpes de cassetete, causando em Acrásio graves lesões (constatadas por laudo pericial), agressão que somente cessou após a intervenção de outro policial. Logo, a conduta do policial Sinfrônio:

- A) não configurou crime, haja vista estar sob a exclusão de ilicitude exercício regular do direito, em face das provocações e agressões verbais proferidas pelo detido.
- B) não configurou crime, haja vista estar sob a exclusão de ilicitude estado de necessidade, em face das provocações e agressões verbais proferidas pelo detido.
- C) configurou o crime de tortura previsto no artigo 1º, § 1º, da Lei nº 9.455/1997.
- D) não configurou crime, haja vista estar sob a exclusão de ilicitude legítima defesa, em face das provocações e agressões verbais proferidas pelo detido.
- E) não configurou crime, haja vista estar sob a exclusão de ilicitude estrito cumprimento do dever legal, em face das provocações e agressões verbais proferidas pelo detido.